**A NOÇÃO DE *DESENVOLVIMENTO INFANTIL* NO**

**PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)**

**Anderleia Arlaine Damaceno Lima** (UFAL)

arlaine.damaceno@gmail.com

**Fábio Hoffmann Pereira** (UFAL)

(hoffmann@arapiraca.ufal.br)

**RESUMO:**

Este texto apresenta a pesquisa que teve como objetivo principal analisar as dimensões ou aspectos do desenvolvimento da criança que eram reveladas a partir da metodologia utilizada na intervenção junto às famílias do Programa Criança Feliz. Este estudo foi realizado no município de Craíbas/AL, utilizando o método da pesquisa-ação, que permite uma aproximação ao campo de estudo, tendo em vista que a autora atuara como visitadora (termo utilizado para nomear os agentes que atuam no programa). Além disso, utilizou-se de aportes teóricos e os materiais de orientação oficial disponibilizados pelo governo para o estudo bibliográfico. Discutimos algumas limitações e contradições que permeiam a prática da visita domiciliar e os tipos que atividades realizadas. Percebemos que a maior parte das atividades propostas e desenvolvidas com as crianças participantes do PCF mostra que há uma valorização do desenvolvimento cognitivo e motor, em detrimento dos demais aspectos. Assim, concluímos que para que haja de fato um desenvolvimento integral, é preciso que a criança se desenvolva nas mais diversas dimensões, sem sobrepor alguns aspectos em relação a outros.

**PALAVRAS-CHAVE**: Desenvolvimento infantil. Programa Criança Feliz. Criança. Políticas públicas.

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho trata das propostas de atividades desenvolvidas com bebês, crianças pequenas e suas famílias no contexto do Programa Criança Feliz em Craíbas, município do interior do Estado de Alagoas. Considerando que é durante os três primeiros anos que a criança mais se desenvolve (SILVA, 2018), é de extrema importância que seja tomada especial atenção no que se refere ao seu desenvolvimento, nos seus mais diversos aspectos. Políticas de incentivo ao “desenvolvimento integral” têm aparecido como propostas para uma reparação ou compensação da situação de vulnerabilidade enfrentada, sobretudo pelas crianças das camadas mais empobrecidas da sociedade.

No trabalho aqui apresentado, buscamos analisar propostas metodológicas para garantir o desenvolvimento integral das crianças atendidasno âmbito doPrograma Criança Feliz na cidade de Craíbas, interior de Alagoas, com o objetivo principal de compreender o que a proposta do Programa apresenta como “desenvolvimento integral”. Quando pensamos em desenvolvimento integral, os documentos de orientação no âmbito da Educação e da Assistência e Desenvolvimento Social referem-se a aspectos ou a dimensões. Trabalhos como este são de grande importância para que levem o público leitor, em especial trabalhadoras e trabalhadores da Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, Atendimento Psicossocial e de Saúde da Família, a refletir sobre as políticas públicas voltadas para as crianças no Brasil. O problema de pesquisa colocado seria, então, se, de fato, o desenvolvimento integral das crianças acompanhadas no âmbito do Programa é promovido.

Este estudo procurou identificar de que forma as atividades eram realizadas e quais materiais de apoio eram utilizados nas visitas. A partir disso, descrevemos as atividades desenvolvidas no ano de 2019 e analisamos quais dimensões ou aspectos do desenvolvimento da criança eram revelados a partir de cada uma daquelas propostas. Embora não decorra dos objetivos do trabalho, foi possível, também, revelar limites existentes entre a proposta disseminada pelo Programa Criança Feliz e sua execução no cotidiano, junto às famílias e suas crianças.

Para isso, foi realizada uma investigação sobre as estratégias planejadas e utilizadas pela equipe responsável pelas visitas domiciliares, através de uma pesquisa-ação. Esse método favorece a obtenção de dados mais próximos sobre o assunto pesquisado (THIOLLENT, 1986), já que a pesquisadora e o pesquisador podem estabelecer uma relação de muita proximidade com a instituição e seus sujeitos. Para Stephen Corey, um dos primeiros representantes e defensores do uso de metodologias de pesquisa-ação, em meados da década de 1950, os professores, tornando-se pesquisadores em sua própria sala de aula, poderiam aperfeiçoar suas práticas (COSTA, 1991, p. 48).

Para Michel Thiollent (1986), a pesquisa-ação se constitui em uma metodologia que se efetiva ao longo dos processos, com o agir associado à reflexão. Para o autor, ela de adequa bem finalidades conscientizadoras e emancipatórias. Embora este estudo não tenha sido desenvolvido em uma sala de aula, tampouco no âmbito de uma instituição de Educação, pensamos que observar e refletir sobre a prática educativa em instituição de Assistência e Desenvolvimento Social no contexto de um trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia[[1]](#footnote-1) pode oferecer elementos interessantes e importantes para a reflexão sobre a prática (FREIRE, 1967; 1987), especialmente tendo um dos autores desta apresentação a vivência de trabalho no campo desta pesquisa.

Também foram feitas consultas aos documentos oficiais normatizadores e orientadores do Programa Criança Feliz e também da Educação Infantil. Esta consulta e leitura possibilitou não somente conhecer o contexto de criação e de implementação do Programa Feliz e das propostas de Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, mas intrigou-nos ainda mais por apresentarem nuances que se mostraram como grandes diferenças na ideia de **desenvolvimento infantil** e, sobretudo, de **desenvolvimento integral** quando fala-se a respeito de bebês e crianças bem pequenas. Infelizmente, a discussão dessa comparação entre os conceitos manifestamos e expressos nos documentos não poderá ser desenvolvida nesta comunicação.

Neste trabalho, apresentamos brevemente o contexto de criação, abrangência, estrutura hierárquica, diretrizes de ação e formas de intervenção junto às famílias nas visitas domiciliares do Programa Criança Feliz (PCF). Em seguida, apresentamos nossa análise das atividades mais frequentemente realizadas no ano de 2019, discutindo a questão do **desenvolvimento integral**.

**PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E SEU CONTEXTO**

Com o golpe parlamentar em 2016 e a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, houve a necessidade de se construir uma narrativa de que a “Era Lula-Dilma” tinha se findado. No bojo de uma série de retirada de direitos e de precarização dos serviços públicos prestados pelo Estado, observamos a criação do Programa Criança Feliz (PCF) que pretendia atender gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias (BRASIL, 2016a). Sua criação foi fundamentada no Marco Legal da Primeira Infância que, entre outros assuntos

estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano (BRASIL, 2016b).

Apesar de ser um programa dentro de políticas intersetoriais, o órgão responsável pelo cadastramento, gerenciamento e atendimento às crianças do PCF e suas famílias era o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nos municípios. O PCF traz consigo uma perspectiva de atendimento à promoção de políticas para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Para ser admitida no Programa, a família deve estar inserida no Cadastro Único e estar dentro dos critérios de elegibilidade fixados: situação de vulnerabilidade, ligadas a diversos aspectos econômicos e sociais da vida humana. Além disso, geralmente eram famílias cujos pais tinham pouca ou nenhuma escolaridade, ausência de vínculo afetivo, situações de alcoolismo, extrema pobreza, chegando, inclusive a não ter o que comer, famílias numerosas, entre outras realidades.

O Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, instituiu o Programa Criança Feliz, definindo entre seus objetivos o de “promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do **desenvolvimento infantil integral** na primeira infância” (BRASIL, 2016a).

O principal meio pelo qual o Programa Criança Feliz chegava até as famílias era através das visitas domiciliares, que compreendiam uma “ação planejada e sistemática, com metodologia específica, conforme orientações técnicas” (BRASIL, 2017, p. 14). O planejamento da visita domiciliar era realizado semanalmente, com reuniões entre supervisora do Programa e visitadores para orientações, capacitação, planejamento de atividades e reflexões sobre as demandas e os desafios encontrados no decorrer das visitas.

As visitas ocorriam semanalmente, com data e horário fixados, marcados entre visitador e cuidador[[2]](#footnote-2) e com duração de aproximadamente 45 minutos. O visitador seguia um plano para nortear a visita, com objetivos esperados para o contexto daquele dia, com cada família. O visitador precisava incentivar e valorizar a participação da família, mas sem desrespeitar o ritmo e a dinâmica de cada uma, um dos grandes desafios era fazer com que as famílias se sentissem confortáveis e livres para aceitar ou não as ações propostas durante as visitas.

As atividades propostas eram orientadas passo a passo, os materiais necessários eram apresentados, bem como o objetivo esperado. Assim, o cuidador conseguia observar e acompanhar o momento da visita e também desenvolver a atividade posteriormente, auxiliando, assim, no desenvolvimento da criança. Segundo os princípios do PCF, a incorporação de atividades intencionais para o desenvolvimento da criança ajudava no fortalecimento do vínculo entre cuidador e criança.

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

A atividade pode ser entendida “como um processo de mediação entre sujeito e objeto, processo constituído de um conjunto de ações. Toda atividade é gerada por uma necessidade ou motivo” (MOREIRA; PEDROSA; PONTELO, 2011, p.18). Assim, podemos compreender a atividade como a capacidade de fazer algo que envolve interação, movimento e ação.

Quando da escolha das atividades para a respectiva faixa etária da criança, os visitadores tomavam como base a cartilha “Jogos e brincadeiras das culturas populares na Primeira Infância” (BRASIL, 2019) e o “Guia para visita domiciliar” (BRASIL, 2017), onde era possível consultar uma relação de atividades recomendadas para cada idade. Na maioria das vezes as propostas eram de jogos e de brincadeiras.

Para Flavia Asbahar, “a atividade não pode existir senão pelas ações, constituindo-se pelo conjunto de ações subordinadas a objetivos parciais advindos do objetivo geral” (2005, p. 110). Ou seja, a atividade seria um conjunto formado pelo material utilizado e pelo objetivo que se pretende alcançar, ambos associado à ação realizada. As atividades, no contexto do PCF, referiam-se à brincadeira, à interação entre criança e cuidador, à ação em que a criança pode realizar ao ouvir e cantar uma música durante a visita, por exemplo.

Tudo que era planejado e elaborado chamava-se de atividade, qualquer tipo de ação que fosse destinada à prática no cotidiano das famílias, envolvendo visitador, cuidador e criança, como as brincadeira realizadas, os brinquedos construídos, desenhos para colorir, tudo era chamado de atividade. No entanto, é uma concepção problemática, já que as equipes de visitadores pareciam não considerar a motivação das crianças e suas famílias na realização de tais propostas.

O “Guia para a visita domiciliar” (BRASIL, 2017) considera o desenvolvimento da criança a partir de quatro dimensões: linguagem, motricidade, socioafetiva e cognitiva, abordadas a seguir. O desenvolvimento da linguagem se dá por estímulos na comunicação que, segundo o documento, se dá desde o nascimento, através do toque, do olhar, do sorriso e expressões faciais, da repetição de sons, dos gestos, até a linguagem oral e corporal da criança. “A construção da linguagem implica, portanto, na verbalização e na negociação de sentidos estabelecidos entre pessoas que buscam se comunicar” (BRASIL, 2017, p. 39).

A motricidade no contexto do PCF refere-se ao sugar, mexer, dançar, imitar, correr, saltar, mover, engatilhar, pular, brincar, ou seja, ao que envolve movimento. “O movimento humano, portanto, é mais que simples deslocamento do corpo e no espaço; constitui-se em uma linguagem que permite a criança interagir com o meio no qual está inserido e com o outro” (BRASIL, 2017, p. 39).

De acordo com o *Guia* (BRASIL, 2017), a socioafetividade é representada pelo vínculo afetivo, que envolve o toque, carinho, contato olho a olho, conversa e demais manifestações de afeto. “Entre a criança e os cuidadores que com ela interagem e brincam, estabelece-se uma forte relação afetiva, que vai desde a troca de olhares até, em etapas posteriores, a verbalização de sentimentos” (BRASIL, 2017, p. 40). Esta é uma dimensão problemática, pois ela carrega o aspecto social do desenvolvimento infantil vinculado à afetividade, que pode ser também intimamente ligado ao desenvolvimento psicológico. Com isso, a importância do desenvolvimento social como reconhecimento de si, reconhecimento das diferenças para a construção da identidade pessoal, respeito ao Outro, convívio social fora da família, entre outros aspectos da socialização deixam de ser considerados em detrimento da relação da criança com seus cuidadores.

A capacidade cognitiva pode ser observada, no contexto do PCF através da comunicação, no pensar, no agir, no questionar, no observar, pois “o processo de aprendizagem pela criança requer uma intensa atividade interativa com o outro e com o meio, para que assim a construção do conhecimento aconteça internamente” (BRASIL, 2017, p.40). É importante salientar que para o desenvolvimento da criança os espaços de interação precisam demonstrar segurança, para tornar possível seu desenvolvimento.

No ano de 2019 foram identificadas 17 atividades desenvolvidas com maior sucesso pela equipe do Programa Criança Feliz em Craíbas. Elas foram analisadas quanto à dimensão descrita no Guia para Visita Domiciliar (BRASIL, 2017) que cada uma destas atividades estimulava no desenvolvimento infantil. Devido aos limites desta comunicação, não será possível descrever as atividades para evidenciar cada dimensão estimulada, mas o quadro a seguir resume nossa análise. Salientamos que quase todas as atividades ofereciam estímulos em mais de uma dimensão do desenvolvimento infantil. Para uma compreensão detalhada de quais atividades foram descritas e quais áreas, aspectos, dimensões ou estímulos eram oferecidos às crianças, conferir o trabalho completo (LIMA, 2020).

**Quadro 1 – Quantidade de atividades que estimulam cada dimensão do desenvolvimento infantil, segundo descrição do “Guia para Visita Domiciliar” (BRASIL, 2017) e atividades mais praticadas em visitas do PCF em 2019 no município de Craíbas**

|  |  |
| --- | --- |
| **ESTÍMULOS**[[3]](#footnote-3) | **NÚMERO DE ATIVIDADES** |
| Motricidade | 15 |
| Socioafetivos  | 5 |
| Linguagem | 6 |
| Cognitivos | 13 |

Entre as atividades com estímulos à motricidade, foram identificados dois grupos, um com estímulos ligados ao desenvolvimento da força física e outro ligado ao desenvolvimento da coordenação motora. O estímulo à motricidade era sobremaneira incentivado por maior número de propostas, quinze das dezessete atividades descritas estimulavam essa dimensão. Apenas as atividades *Espelho Mágico* e *Caixa Musical* não estavam ligadas a essa dimensão, estimulando, ambas o desenvolvimento socioafetivo e linguístico.

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Criança Feliz em Craíbas ofereciam estímulos às habilidades intelectuais da linguagem e, sobretudo, cognitivas. As habilidades cognitivas envolvem o desenvolvimento da memória, da atenção, da percepção, da comparação, da associação, entre tantas outras (PRIMI et.al., 2001). Os seres humanos utilizam as habilidades cognitivas para solucionar problemas dos mais variados tipos e tomar decisões, sendo também ferramentas importantes para a percepção e o conhecimento do mundo.

Em suma, é possível observar que a maior quantidade de atividades realizadas no Programa Criança Feliz em Craíbas concentravam-se em dimensões isoladas, no que se referia à motricidade e ao cognitivo. Ou seja, as atividades planejadas, oferecidas e desenvolvidas com crianças e seus cuidadores, no que se referia ao desenvolvimento da criança, limitava-o a algumas poucas dimensões e desconsideravam a criança como ser integral. A criança não recebia estímulos necessários para que fosse possível obter um desenvolvimento em todos os seus aspectos, não sendo possível afirmar que verdadeiramente o planejamento proporcionava um desenvolvimento integral.

A elaboração das ações possuía a ausência de um planejamento detalhado, elaborado por sujeitos que compreendessem a multiplicidade de aspectos como o desenvolvimento da criança se mostra, e não se resumindo apenas à linguagem e à motricidade. Percebemos, assim, a falta que faz a presença um profissional formado em curso de Pedagogia. É preciso detalhar como serão realizadas as atividades, a elaboração dos objetos utilizados, como irá acontecer a aplicação desses instrumentos em cada etapa.

Essa articulação entre o intencional e as ações efetivamente desenvolvidas faz parte das competências de formação do pedagogo, que é responsável pela chamada transposição didática: uma espécie de tradução das teorias e autores que foram utilizados para elaboração de cada atividade e a mediação desse conhecimento na coordenação da equipe de visitadores e, posteriormente, para o desenvolvimento do trabalho os domicílios das famílias participantes do programa. Com isso, aparentemente há certa fragilidade nas ações que eram desenvolvidas pelo PCF, pois o objetivo principal, que é o desenvolvimento da criança, poderia ficar comprometido devido à ausência de instrumentos e conhecimentos que guiassem sua aplicabilidade.

Como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município não possuía nenhum pedagogo (a) na equipe de coordenação, todas as ações sempre voltavam-se para as áreas de caráter assistencial e psicológico cognitivista e não pedagógica, e isso resultava em propostas sem amparo teórico compatível com o acúmulo de conhecimento que as políticas de Educação Infantil já possuem sobre o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

**CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da vivência de trabalho de um dos autores como visitador no Programa Criança Feliz em Craíbas, interior do Estado de Alagoas. O objetivo principal foi analisar o Programa Criança Feliz, no que se referia às atividades realizadas, bem como ao desenvolvimento da criança em sua totalidade, ou seja, de forma integral. Desse modo, discutimos sobre a forma de como as crianças acompanhadas pelo PCF são estimuladas durante as visitas domiciliares, para a partir daí traçarmos um panorama sobre a metodologia utilizada e se coincidia com o objetivo principal do Programa Criança Feliz.

No decorrer do texto, refletimos acerca das últimas políticas públicas para a criança no Brasil e consultamos documentos oficiais. Ainda no desenvolvimento do trabalho, analisamos as atividades que eram realizadas durante as visitas domiciliares, para comparar o que o Programa Criança Feliz sugere e o que os documentos sobre a Educação Infantil defendem, a respeito do desenvolvimento integral da criança.

O tema é de extrema importância para se refletir sobre as políticas públicas e sobre a criança, de como ela é vista pela sociedade e pelos órgãos públicos também, o que é de grande relevância para o meio acadêmico, pois no decorrer da escrita dessa monografia, não havia muitos trabalhos que abordassem o funcionamento do Programa Criança Feliz, de forma mais focada na criança. De forma pessoal e profissional, permitiu uma reflexão acerca desse tipo de programa federal e de que forma eles atuam na sociedade, e como pedagoga em formação, percebe-se a importância do pedagogo e sua visão em programas como esse, voltados para a infância, para que a criança seja de fato valorizada, acolhida e estimulada como deve ser. Toda essa análise permite um crescimento em todos os sentidos, pois amplia o conhecimento sobre o assunto.

Foram analisadas 17 atividades que eram propostas com mais frequência pelos visitadores, para crianças de 0 a 3 anos de idade. As atividades foram classificadas por estímulos (motricidade, socioafetividade, linguagem e cognição), baseados no que o Programa Criança Feliz caracteriza como **desenvolvimento integral**. Desse modo, foi possível concluir que as atividades predominantemente realizadas no cotidiano do PCF eram de natureza física e intelectual, ou seja, os demais aspectos deixaram a desejar, não configurando num desenvolvimento verdadeiramente integral.

Para uma possível evolução da pesquisa, seria interessante entrevistar o público atendido pelo programa, sobre a visão que as famílias têm do Programa Criança Feliz, do desenvolvimento de suas crianças e do que pode melhorar. Entrevistar também, cada profissional que atua no Programa, no município, incluir capacitações sobre o programa, sobre família e infância, para que juntos, alinhem os objetivos do programa, a fim de melhorar a efetivação na cidade. No que se refere à metodologia, seria interessante que houvesse um profissional pedagogo na equipe do Criança Feliz, para que o planejamento e a elaboração de atividades fosse de forma mais efetiva para o desenvolvimento da criança, que é a figura mais importante nesse contexto.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 108-118, ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-24782005000200009.

BRASIL. Decreto n. 8.869, de 05 de outubro de 2016a. **Institui o Programa Criança Feliz**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 out. 2016. Seção1, ano 153, n. 193.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Jogos e brincadeiras das culturas populares na Primeira Infância**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\_feliz/CartilhaCriancaFeliz\_web.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar.** Brasília, DF: MDS, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 13.257, de 08 de março de 2016b. **Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, DF, 08 out. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 10 maio 2020

COSTA, Marisa Vorraber. A caminho de uma pesquisa-ação crítica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, jul-dez. 1991, pp. 47-52.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Anderleia Arlaine Damaceno. **O desenvolvimento infantil no Programa Criança Feliz (PCF): análise das suas propostas metodológicas em Craíbas/AL**. TCC (Licenciatura em Pedagogia). Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas, 2020. (em processo de inserção no repositório institucional)

MOREIRA, Adelson F.; PEDROSA, José Geraldo; PONTELO, Ivan. O conceito de atividade e suas possibilidades na interpretação de práticas educativas. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 13-29, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1983-21172011000300013. Acesso em: 10 maio 2020

PRIMI, Ricardo et. alii. Competências e habilidades cognitivas: diferentes definições dos mesmos construtos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17 n. 2, pp. 151-159, maio/ago. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7875.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVA, José Ricardo. O bebê como sujeito ativo na creche. *In*: SILVA, José Ricardo *et al*. (org.). **Educação de bebês**: cuidar e educar para o desenvolvimento humano. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 25-47.

THIOLLENT, Michel. Metodologia de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.

1. O trabalho de pesquisa completo foi apresentado a uma banca examinadora no mês de setembro de 2020 como parte dos requisitos para integralização do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas. [↑](#footnote-ref-1)
2. O “cuidador” poderia ser a mãe ou o pai, mas também outro familiar ou responsável pelos cuidados com a criança atendida. [↑](#footnote-ref-2)
3. Nomenclatura conforme o *Guia para visita domiciliar* (BRASIL, 2017, pp. 38-40). [↑](#footnote-ref-3)